

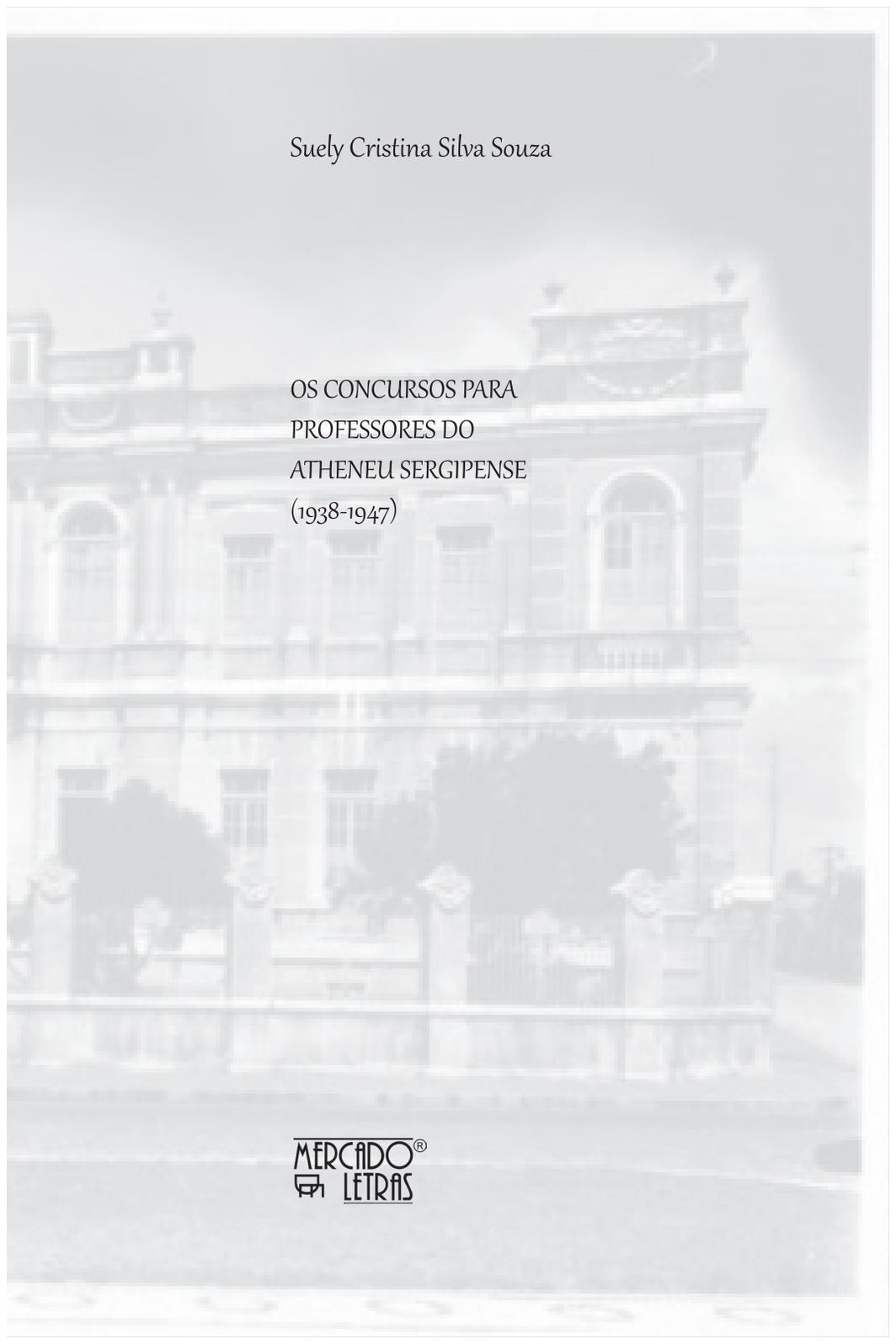
OS CONCURSOS PARA
PROFESSORES DO
ATHENEU SERGIPENSE
(1938-1947)

Conselho Editorial Educação Nacional

- Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP
Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP
Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp
Prof. Dr. Elton Luiz Nardi – Unoesc
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR
Prof. Dr. Lucídio Bianchetti – UFSC
Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp
Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp
Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas
Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp
Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS
Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS
Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR
Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

- Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada
Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho
Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján
Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata
Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



Suely Cristina Silva Souza

OS CONCURSOS PARA
PROFESSORES DO
ATHENEU SERGIPENSE
(1938-1947)

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Suely Cristina Silva

Os concursos para professores do Atheneu Sergipense (1938-1947)
/ Suely Cristina Silva Souza. – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de
Letras, 2020. – (*Uma Casa de Educação Literária : 150 anos do
Atheneu Sergipense*)

Bibliografia

ISBN 978-65-86089-25-7

1. Concurso público 2. Educação 3. Professores 4. Sergipe – História
I. Título II. Série.

20-44675

CDD-370.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Professores : Capacitação profissional : Educação 370.71

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
imagem de capa: Atheneu Sergipense, acervo do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final: da autora
bibliotecária: Aline Grazielle Benitez – CRB-1/3129

Esta obra contou com auxílio financeiro da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio
do Edital n. 7/2019, Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP),
processo n. 88881.359550/2019-01.

Apoio:

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Secretaria de Estado da Educação, do Esporte
e da Cultura do Estado de Sergipe (SEDUC-SE)
Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 2 0

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

*À Amanda Cristina,
a minha razão de viver e de ser feliz.*

Aos meus pais, meus melhores exemplos.

AGRADECIMENTOS

Ao escrever este livro os “ventos de mudança” chegaram para mim como um enfrentamento. Um período de resistência que cabia somente a mim encará-lo sem temor, cuja experiência representou mais um crescimento intelectual e espiritual. Espaço de tempo em que não estava só, pois ao meu lado haviam energias e pessoas que, positivamente, torcem e acreditam no meu potencial. Sendo a gratidão um sentimento de amor, cabe a mim reconhecê-las.

Agradeço à Deus pela fé e paciência na manutenção de minha saúde, alegria e, sobretudo, a harmonia espiritual.

Agradeço aos meus pais José Carlos (in memorian) e Maria José, obrigada por nunca me abandonarem.

À minha filha Amanda Cristina, único compromisso desta vida e que não meço esforços para fazê-la feliz. Saiba que, mesmo distante um amor de mãe se faz infinitamente presente e nunca abandona sua cria.

Aos meus familiares Sandra, Simone, Bianca, William, Jair e Márcio, pois com vocês sou feliz!!

À professora Eva Maria Siqueira Alves, que desde o mestrado confiou na minha capacidade intelectual e abriu um mundo de oportunidades.

Aos professores, alunos e amigos que, de alguma forma, contribuíram neste caminho. Não citarei nomes para não correr o risco da ingratidão, pois cada um deles foi importante na escrita desta obra.

Às instituições de Pesquisa e seus colaboradores. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por fomentar a pesquisa. Ao grupo de pesquisa História, Ensino e Aprendizagem e ao Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. A todos que direta ou indiretamente torceram por mim.

Enfim, a vida acadêmica não se limita apenas ao mundo das leituras e das fontes, mas interage com seres humanos que respeitam, entendem e torcem pelas suas conquistas. Pessoas que através de simples gestos são capazes de amenizar a solidão e alegrar a alma de uma pesquisadora em um momento necessário e particular.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| PREFÁCIO..... | 9 |
| <i>Sara Martha Dick</i> | |
| MOINHO E VENTOS: UM TEXTO INTRODUTÓRIO..... | 11 |
| Capítulo I | |
| MOVIMENTANDO A LUPA SOBRE A HISTÓRIA DOS CONCURSOS DOCENTES..... | 43 |
| Capítulo II | |
| CONCURSOS E REGISTROS PARA PROFESSORES DO ATHENEU SERGIPENSE: AS REFORMAS EDUCACIONAIS FRANCISCO CAMPOS E GUSTAVO CAPANEMA | 67 |
| Capítulo III | |
| O REGISTRO DE PROFESSORES E OS CONCURSOS DOCENTES DO ATHENEU SERGIPENSE DURANTE A REFORMA GUSTAVO CAPANEMA | 167 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 199 |
| REFERÊNCIAS..... | 207 |

PREFÁCIO

Foi com muito prazer e alegria que recebi o convite para escrever o prefácio do Livro de Suely Cristina Silva Souza de título *Os concursos para professores do Atheneu Sergipense*. Aceitei sem hesitar, pela honra do convite e por saber da importância do material, de pesquisa criteriosa a partir da sua Tese de Doutorado. Para além destes fatos, é uma publicação que faz parte de uma coleção – Uma casa de educação literária: 150 anos do Atheneu Sergipense, que dispensa apresentações, diante da sua importância para educação. Falar sobre o Atheneu Sergipense, que completa 150 anos de uma história relevante para a educação de Sergipe e para a História da Educação, é sem dúvida de grande excelência, ainda mais destacando os processos de ingresso de seus professores através de concurso.

Desde a época da defesa de sua tese de doutorado, na leitura que realizei, considerei importantíssimo o capítulo que trata das relações de poder envolvendo as realizações de concursos para professores secundários do Atheneu Sergipense no período entre as Reformas de 1931 e 1942. Na presente publicação, a pesquisa foi ampliada apontando novos elementos, expondo de forma contextualizada e com linguagem clara tais relações, demonstrando a essencialidade do tema.

Neste sentido, a discussão sobre os concursos realizados a partir das reformas educacionais de Francisco Campos e Gustavo

Capanema é considerada pela autora como uma forma de controle para implantação de projetos políticos e econômicos.

Assim, o texto expõe a importância das relações de poder, dentro da visão de Chervel, no que diz respeito à História das Disciplinas Escolares, que indica ter a escola total liberdade para as escolhas de suas disciplinas ensinadas e de seus mestres.

O texto do livro analisa as condições entre as características do ensino secundário no período entre as Reformas Educacionais de 1931 e 1942, na sua constituição e organização, focando nas condições de ingresso de professores.

Do período entre as duas reformas importantes para a educação brasileira e, para o ensino secundário, ainda discute a situação decorrente do período autoritário do Estado Novo, com reflexos sobre a regulamentação da profissão docente e práticas pedagógicas, que geram resistência e tensões.

Outra questão relevante discutida no texto, diz respeito à formação dos professores a serem admitidos por concurso para o ensino secundário, relacionada com o processo de profissionalização docente.

Assim, autora analisa as questões referentes aos concursos para professores realizados a partir da Reforma de Francisco Campos – 1931 e, da Reforma de 1942 - Lei Orgânica do Ensino Secundário.

É sem dúvida uma publicação de potência não só para a educação de Sergipe, como também brasileira, além de representar um elemento relevante para integrar a Historiografia da História da Educação Brasileira. Assim, agora cabe nos deleitar com a leitura deste belo e instigante trabalho, fruto de uma nova e criativa geração de pesquisadores que, de fato, integram a História da Educação Brasileira.

Prof.^a Dra. Sara Martha Dick

Professora Titular da Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Educação.

MOINHO E VENTOS: UM TEXTO INTRODUTÓRIO

Quando os ventos de mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento.

Erico Verissimo [1949-1962].

A epígrafe citada traduz o meu caminhar na escrita deste livro,¹ encontros de si em que os pesquisadores necessitam dizer: Mudar é preciso! Não há o que temer! Sendo assim, com os ventos de mudança que sopravam a meu favor construí meu moinho de vento, abracei o momento e deixei as palavras fluírem. Em outros termos, este trabalho pretendia dar sequência as análises apreendidas no mestrado ao configurar a disciplina Matemática no Atheneu Sergipense por meio da atuação da Reforma Francisco Campos entre os anos de 1938 e 1943.²

Com o término deste curso no ano de 2011, sabia que a pesquisa não se encerrava por ali e sempre me perguntava o que tinha acontecido com a referida disciplina depois de sua configuração. Em busca de uma resposta, o interesse aumentava

1. Este livro é produto das investigações realizadas no curso de Doutorado em Educação, da Universidade Federal de Sergipe, no ano de 2016.

2. Para mais investigações, ver Souza (2011).

a cada leitura realizada no Grupo de Pesquisa das Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (DEHEA/CNPq/UFS),³ do qual sou membro, quando observei que muitos autores ampliavam suas pesquisas a partir de suas dissertações.⁴

Diante os fatos, decidi elaborar meu projeto de seleção do doutorado, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, objetivando investigar a história da disciplina Matemática no Atheneu Sergipense entre os anos de 1943 e 1973, buscando entender a sua trajetória frente as reformas educacionais presentes neste período.

Ao ingressar no doutorado, entre muitas leituras e análises documentais prossegui com essa temática até o Exame de Qualificação, quando as lentes da história foram direcionadas para outra perspectiva pela minha orientadora.⁵ A nova proposta focalizava os “ventos” dos concursos para professores do ensino secundário de Sergipe, tendo como *locus* de investigação o Atheneu Sergipense. Com o meu “moinho de vento” aceitei o desafio, sem estranhamentos, já que tinha estudado os concursos das cadeiras de Matemática (1929) e Ciências Naturais (1938) durante o mestrado. Ainda, a nova investigação também apresentava um dos pontos importantes da arquitetura da História das Disciplinas Escolares: a natureza docimológica que, na concepção de Chervel (1990), trata-se do estudo científico dos exames e dos concursos.

-
3. Grupo de Pesquisa coordenado pela professora Dr^a. Eva Maria Siqueira Alves desde o ano de 2006 e certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem por objetivo investigar as diferentes disciplinas escolares e acadêmicas com ênfase na história de suas configurações nos estudos secundários e superiores de Sergipe (século XIX, XX e XXI) e o processo de ensino aprendizagem desenvolvido nestes campos.
 4. Entre as leituras realizadas destaco: (Aires 2006), (Martins 2000), (Martins 2006) e (Razzini 2000).
 5. O termo “lentes da história” não se refere a “ideia de historiador como detetive em busca de pistas e sinais”, na acepção de Carlo Ginzburg inspirada em Sherlock Homes; mas ao objeto, a lupa, por ele usado na representação já tornada clássica do personagem em sua investigação (Vidal e Faria Filho 2005, p. 1).

Para Chervel (1990), o termo disciplina cria regras e métodos para os diversos campos do pensamento, do conhecimento e da arte. A disciplina escolar “[...] é aquilo que se ensina e ponto final” (Chervel 1990, p. 178). Dessa maneira, o professor é o responsável pela transmissão dos conhecimentos via disciplinas escolares, função que algumas vezes vai além do papel de ensinar. Para tanto, o autor nos afirma que para compreender este processo é preciso ampliar toda a noção de disciplina escolar e reconhecer que ela não comporta apenas as práticas em sala de aula, mas também envolvem as grandes finalidades que presidem para sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina.

O autor ainda nos diz que, a História das Disciplinas Escolares desempenha um papel importante tanto na História da Educação como na História Cultural. Neste sentido, a função da escola não se restringe ao aprendizado das disciplinas escolares. A educação dada e recebida nestas instituições é o reflexo “[...] das finalidades correspondentes, um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados” (Chervel 1990, p. 188).

A disciplina escolar é então constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e um aparelho docimológico, os quais, em cada estado da disciplina, funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades. (Chervel 1990, p. 207)

Nessa perspectiva, o autor recomenda um criterioso programa de investigação para averiguar esse modo de disciplinar, advertindo que os estudos não sejam baseados apenas nos textos oficiais, mas na documentação abundante produzida pelas instituições que põe em ação o desenvolvimento da disciplina.

Em outras palavras, o objeto da história das disciplinas escolares está composto pela sua gênese, função e funcionamento. Já seus constituintes são os conteúdos (o núcleo da disciplina), os métodos de ensino e o aparelho docimológico, sempre atentos às suas finalidades.

Dentre os constituintes de uma disciplina, o aparelho docimológico, por meio do estudo dos exames, me permitiu analisar os concursos para professores do Atheneu Sergipense. Para Valente, “[...] os exames são organizados e realizados por bancas e comissões julgadoras”, bem diferentes “das provas que são elaboradas, aplicadas e corrigidas pelos próprios professores da disciplina” (Valente 2006, p. 1). Desse modo, a história das disciplinas escolares e o objeto em questão não podem ser estudados separadamente, já que a disciplina constitui um elemento chave do ofício do docente.

Ao tratar de ofício docente, Nóvoa (1991) aponta para o século XVI os primeiros indícios da atividade docente, dedicados por grupos de leigos e, sobretudo, religiosos. Tais indivíduos não desempenhavam a docência como ocupação principal, mas como atividade secundária. A docência passou a ser exercida, por algumas pessoas, como primordial atividade a partir do século XVIII, cuja intensificação se deu com a estatização da educação, a exemplo do caso português durante a Reforma Pombalina.

Durante muito tempo acreditou-se que a gênese da profissão docente tinha coincidido com a emergência dos sistemas de ensino de Estado. Não é nada disso, pois no início do século XVII havia uma série de grupos que faziam do ensino sua ocupação principal, exercendo-a muita vez em tempo integral. Trata-se de grupos diversificados, cujo único ponto comum é que sofrem uma influência religiosa. A intervenção estatal vai provocar uma homogeneização à escala nacional, de todos estes grupos: no início, o que constitui estes docentes em corpo profissional é o controle do Estado, e não uma concepção corporativa do ofício. (Nóvoa 1991, pp. 251-252)

O autor ainda nos diz que, as reformas do ensino que foram atribuídas comprometeram docência à medida que estabeleciam padrões seletivos para o exercício da profissão, criando um perfil de profissional derivado de um processo de missionarização do docente. Este indivíduo, um professor “clérigo-leigo”, estava encarregado de formar o bom cidadão, dentro dos moldes que o Estado o entendia. O controle estatal também interessava à classe docente, pois garantia um *status* social que, entre muitas contribuições, também dava uma maior organicidade no exercício da profissão, supostamente, promovendo melhores condições de trabalho e a valorização do profissional.

O processo de estatização do ensino passa antes de mais nada pelo estabelecimento de procedimentos uniformes de seleção e de designação dos docentes: os reformadores do século XVIII compreenderam que o controle do recrutamento dos corpos docentes era a única maneira de assegurar sua renovação e de os colocar a serviço de uma nova ideologia. A diversidade de situações educativas do Antigo Regime não serve mais aos desígnios das classes dirigentes: é preciso subtrair os docentes à influência das populações e dos notáveis locais e de os considerar como um corpo do Estado. A estratégia de recrutamento adotada não privilegiará os candidatos que querem ensinar nas localidades onde nasceram, mas visará sobretudo à constituição de um corpo de pessoas isoladas, submetidas à disciplina do Estado. (Nóvoa 1991, p. 252)

Desse modo, pode-se perceber que o Estado Moderno fez uso da educação escolar como parte de seus dispositivos, configurando o tipo humano ideal como um sujeito de comportamento civilizado, consciente do seu lugar social e pronto para tomar parte da consolidação daquelas sociedades. “O professor, elemento constituinte da escola, figura como uma tecnologia da qual o Estado dispôs para garantir tais objetivos” (Santos 2013, p. 31).

Tais reflexões vão de encontro com os objetivos desta pesquisa, entendendo à docência em Sergipe no século XX como campo profissional que se constituiu e legitimou tanto por meio da legislação, quanto por meio da prática social. Daí o enfoque sobre as relações de poder, que muito favorecem as análises dos concursos para professores do ensino secundário, possibilitando compreender a forma como socialmente a profissão se caracterizou ao longo do período em questão.

Ressalta-se que, estudar os concursos para professores do ensino secundário do Atheneu Sergipense representa um passo importante para a compreensão do desenvolvimento sócio histórico da profissão de professor em Sergipe, assim como contribui nos estudos sobre a temática no Brasil. Partindo dos pressupostos apresentados pelas apropriações de André Chervel e António Nóvoa, pode-se afirmar que esta pesquisa flagra um determinado momento desta trajetória, bem como um segmento deste grupo, nos revelando o quanto é inadequado pensar a história da profissão docente “como um evento monolítico, portador de uma escatologia e uma teleologia. Perceber as diferentes variações deste movimento parece conduzir a melhores interpretações do conjunto” (Santos 2013, p. 44).

Nessa linha de pensamento, a opção pela investigação dos concursos para professores do curso secundário no Atheneu Sergipense se justifica por se tratar de uma escola pública, criada no ano de 1870 e única até meados dos anos de 1950.⁶ Antes de sua instalação, os ensinamentos secundários sergipanos eram

6. Atualmente chamado de Colégio Estadual Atheneu Sergipense, mas desde a sua criação a instituição modificou seu nome diversas vezes para atender as determinações das reformas de ensino secundário vigentes: “Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual de Sergipe (1943), Colégio Estadual Atheneu Sergipense (1970) e Centro de Excelência Colégio Atheneu Sergipense (2003)” (Alves 2005a, p. 6). Ao longo do texto utilizo a denominação Atheneu Sergipense para evitar equívocos de nomenclatura,

ministrados por meio de cadeiras, sendo posteriormente reunidas no Liceu Sergipense,⁷ instituição instalada na Província de Sergipe após tentativas malogradas de organização a partir dos anos de 1830.

Os primeiros fundamentos para a organização dos estudos secundários em Sergipe datam de 1830, quando o Conselho Geral da Província criou as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês, reunindo-as em São Cristóvão, capital da Província, no Liceu Sergipense. Mesmo extinto o Liceu, pela Assembleia Legislativa, em 1835, continuaram seus professores a lecionar até o ano de 1839. Em 1847 foi aberto o Liceu Sergipense, também chamado de Liceu de São Cristóvão, permanecendo nos salões do Convento de Nossa Senhora do Carmo até a mudança da capital para Aracaju, em 1855. O Liceu Sergipense, instalado em Aracaju no ano de 1862, teve duração efêmera. Coube ao então Inspetor Geral da Instrução Pública Manuel Luiz Azevedo d'Araújo, organizar o Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870, assinado pelo Presidente da Província de Sergipe, o Coronel Francisco José Cardoso Júnior, criando o Atheneu Sergipense, com dois cursos: o de Humanidades e o Normal. (Alves 2005a, p. 4)

A crescente demanda pelos estudos do Atheneu Sergipense o tornou em “[...] um centro aglutinador e disseminador do *ethos* cultural, sabendo impor-se como justo motivo de ufania e orgulho para Sergipe” (Alves 2014, p. 309). Ao longo dos seus 150 anos,

embora em alguns momentos seja recorrente o termo da época devido à transcrição das fontes.

7. Termo usado no Brasil durante a primeira metade do século XIX para designar os estabelecimentos de ensino secundário. A palavra “Liceu” tem procedência francesa e sua tradução possuía “[...] um sentido eminentemente político e social da educação napoleônica, definido como instituições criadas e mantidas pelo Estado nacional e voltadas para fins de governo” (Lima 2005, p. 23).

a instituição construiu uma memória educacional permeada de muitas transformações, sejam elas em suas instalações físicas, em seu corpo docente e discente, finalidades e modalidades de ensino. Entre os anos de 1872 e 1950, a escola “[...] instalou-se em cinco prédios distintos, cujos traços arquitetônicos dizem muito sobre as finalidades de ensino e sobretudo da cultura escolar”,⁸ como também a respeito das relações de poder travadas neste ambiente. A localização geográfica destes prédios “[...] sempre esteve na região central de Aracaju, à vista da sociedade e próximo aos demais edifícios de destaques”.⁹ Sem dúvida, o Atheneu Sergipense retratava a modernidade e o progresso que o Estado propagandeava na medida em que seu ensino alcançava prestígio e destaque no cenário cultural sergipano como um atributo de poder.

Com sua criação, no dia 24 de outubro de 1870, o Atheneu Sergipense ofereceu os cursos de Humanidades de 4 anos e o Normal de 2 anos,¹⁰ o que representava uma singularidade para época.¹¹ Os professores lecionavam ao mesmo tempo nos dois

8. Ainda Rodrigues acrescenta que, “[...] quanto maior a sua significância na educação do estado mais suntuosidade seus prédios ganhavam. No ano de 1950, o colégio instalou-se em seu prédio atual localizado na Praça Graccho Cardoso (Rodrigues 2015, p. 57).

9. Confira Alves (2005a, pp. 48-49).

10. Na compreensão de (Gasparello 2002), as “Humanidades” foi uma invenção do secundário. Sua história tem sua existência com as “artes liberais” dos gregos antigos, o lugar ocupado pelo Latim. Etimologicamente refere-se a “humanitas”, remetendo-se em grego a Paideia. Para tanto, a educação preparava o indivíduo a plenitude do seu papel de homem. Possuía uma relação com a tradição cristã, pondo em destaque o caráter laico do termo. Também associava seu estudo ao século dos humanistas, que designava tanto os sábios dedicados à antiguidade grega romana, como “os alunos das novas classes dos colégios”. Assim, as Humanidades era um ensino baseado no “espírito de uma educação integral e moral que preparava o homem para a vida em sociedade do que um grupo de matérias” (Gasparello 2002, pp. 61-62).

11. A existência desses dois cursos juntos no Atheneu Sergipense “[...] indicava um avanço para época, uma vez que, por exemplo, as escolas Normais do Rio de Janeiro, São Paulo e Piauí foram criadas como cursos Normais separados dos cursos de Humanidades” (Alves 2006, p. 60).

curtos, em dias alternados e com horário estabelecidos. Cabia ao governo organizar o provimento das cadeiras da instituição, nomeando naquela ocasião pessoas mais aptas para tal fim. Desde o momento de instalação até o ano de 1875, não houve concursos de professores e a seleção do primeiro quadro docente se procedeu por indicação administrativa, embora a norma fosse outra. Para tanto, as aulas eram regidas por docentes ditos como experientes e reconhecidos no meio social, escolar e político da época.

Nessa perspectiva, acredita-se que os concursos de professores secundários começaram a ser exigidos no Atheneu Sergipense como um mecanismo de ingresso a profissionalização docente por meio da “habilitação” dos candidatos no final dos exames, uma vez que os reprovados alcançavam a “inabilitação”.¹² A cada etapa, os concorrentes eram avaliados por uma banca examinadora, constituída por catedráticos e professores convidados,¹³ designados pelo diretor da instituição ou indicação do governo.

Os primeiros concursos contemplavam as cadeiras de Geometria e História Universal, realizados no dia 27 de agosto de 1875. Assim, “[...] as demais cadeiras e vagas que surgissem depois só poderiam ser preenchidas por concurso público”, conforme a legislação que as regulamentavam e organizavam as etapas em “[...] provas de defesa de tese de livre escolha ou sobre assunto sorteado, as provas práticas, quando a natureza da cadeira exigia, as provas escritas, orais e as arguições” (Alves 2010, p. 123).

Encontrando-se vaga uma das cadeiras do Atheneu Sergipense, por motivos diversos, os concursos também aconteciam pela introdução ou extinção de disciplinas que deviam

12. Os termos “habilitados” e “inabilitados” foram localizados na documentação pesquisada ao longo deste trabalho. Tinham por finalidade caracterizar os candidatos como aprovados ou reprovados nos requisitos exigidos durante os concursos para professor do Atheneu Sergipense.

13. Professores nomeados por decreto e/ou concursados, sendo vitalícios desde a data da posse.

compor os programas escolares, cujos conteúdos de ensino eram “[...] aqueles necessários aos Exames de Preparatórios do século XIX e depois aqueles previstos no vestibular do século XX [...]” (Alves 2010, p. 123) para ingresso dos jovens no ensino superior. Esses conhecimentos tanto estavam integrados as finalidades das disciplinas ministradas no interior da instituição como construíram uma formação intelectual e cultural dos seus discentes.

Mesmo prestando concurso a uma cadeira específica, os professores do Atheneu Sergipense podiam migrar para outras disciplinas por diferentes motivos. Eles substituíam seus colegas e migravam para as cadeiras vagas amparadas pelo regulamento vigente, mediante requisição ao governo e parecer da diretoria da escola. Os docentes também permutavam suas cadeiras entre si e realizavam transferências àquelas encontradas em disponibilidade, seja por motivo de licença ou pela necessidade de assumirem outras funções fora da instituição. Esse movimento apropriada-se das palavras de Chervel, quando diz que “[...] a taxa de renovação do corpo docente é então um fator determinante na evolução da disciplina” (Chervel 1990, p. 197).

Os concursos para professores secundários também representavam uma possível concorrência, anunciada publicamente nas páginas dos jornais que circulavam em Sergipe e na Bahia por meio de editais. As inscrições cumpriam os prazos determinados pela legislação vigente para posteriormente dar início ao processo de averiguação dos conhecimentos dos concorrentes através de confrontos e enfrentamentos travados como uma disputa de poder. Na concepção de Julia (2001), “[...] o exame ou o concurso definem, tanto na forma das provas como nos conteúdos dos saberes propostos aos candidatos, a base mínima de uma cultura profissional a se possuir”. Não havia probabilidade de se eliminar um concorrente, “senão com provas ostensivas de incompetência relativas às próprias provas e não mais simples suspeitas” (Julia 2001, p. 30).

Frente a este cenário, se faz oportuno investigar como eram selecionados os profissionais responsáveis pela formação educacional dos jovens estudantes. O estudo dos concursos docentes no ensino secundário sergipano permitiu esclarecer algumas questões, já que o professor é o protagonista das análises e um agente da transmissão dos saberes necessários para se conviver coletivamente, pois “[...] no coração do processo que transforma as finalidades em ensino, há a pessoa do docente” (Chervel 1990, p. 191). Sendo assim, busco conceber amplamente a educação como “um processo e uma função social”,¹⁴ uma continuidade assegurada por determinados grupos que assimilam e socializam conhecimentos a sucessivas gerações.

Nessa perspectiva, as disciplinas escolares podem também ser vistas como campo de poder social e escolar, de um poder a disputar. De espaços nos quais os “[...] interesses e atores, ações e estratégias” se mesclam (Viñao 2008, p. 204). Em outras palavras, são as apropriações de um determinado grupo de professores, reconhecidos como docentes da matéria que ministram por meio do critério da formação e seleção.

Dessa forma, além da formação, os concursos do Atheneu Sergipense representavam um alto grau de demonstração intelectual dos candidatos. Ser docente dessa instituição “[...] significava ser membro do circuito produtor e reproduzidor de modelos culturais”. Muitos professores os adquiriam por destaque, “em duplo sentido, um status de prestígio intelectual e político” (Alves 2010, p. 130).

Assim, o trabalho contribui para a historiografia educacional por meio de um olhar diferenciado sobre a História, traduzido por (Le Goff 1998) como uma “[...] história em movimento, história das evoluções e das transformações, não história estática, história

14. Concepção de educação defendida pelo sociólogo Durkheim e interpretada por Silva, que também a entende como um “processo informal e não deliberado na sociedade primitiva, de início, a educação se torna predominantemente intencional e sistemática com o aparecimento da instituição especializada que é a escola” (Silva 1969, p. 16).

quadro. História explicativa, não história puramente narrativa, descritiva - ou dogmática. [...]” (Le Goff 1998, p. 38). Analisar os concursos para professores do Atheneu Sergipense na dimensão das disciplinas escolares apresentam os saberes exigidos aos docentes e que supostamente eram transmitidos aos alunos, levando em conta a liberdade dada a esses profissionais do ensino para ministrá-las.

[...] o estudo histórico das disciplinas escolares mostra que, diante das disposições gerais atribuídas pela sociedade à escola, os professores dispõem de uma ampla liberdade de manobra: a escola não é o lugar da rotina e da coação e o professor não é o agente de uma didática que lhe seria imposta de fora. (Julia 2001, p. 33)

As interpretações aqui mencionadas abriram um leque de possibilidades e direcionaram minha atenção ao estudo dos concursos para professores do Atheneu Sergipense para dirimir algumas interrogativas, tais como: Por que o governo, a Congregação e os candidatos eram os únicos partícipes das etapas dos concursos? Por que os saberes do professor apto a catedrático determinavam a sua habilitação? Enfim, os concursos representavam uma forma de poder?

Tais problemáticas aguçavam cada vez mais a curiosidade de investigar os concursos para professores secundários em instituições específicas, mesmo sabendo que se tratava de um assunto timidamente analisado no campo acadêmico, especialmente nos trabalhos que abordavam os períodos do Império e da Primeira República. Até pouco tempo, havia uma tendência na historiografia da educação brasileira em privilegiar pesquisas voltadas para o século XX, principalmente aquelas que focavam o período do Estado Novo e da Ditadura Militar. Provavelmente, as delimitações dessas produções estejam relacionadas com a recente ou iminente gênese de muitas escolas de ensino secundário, provocando

alguns entraves no processo de construção da história de sua profissionalização docente.

Percebi a relevância destas ausências ao pesquisar trabalhos sobre este objeto na perspectiva da História da Educação, História das Disciplinas Escolares, sobretudo da História da Profissão Docente.¹⁵ Nesses campos, assuntos como configuração, programas de ensino, formação, desqualificação, desvalorização, entre outros, possuem centralidade. Essa busca me fez refletir sobre o silêncio do passado e das prováveis mudanças ocorridas durante os recrutamentos e seleções de professores, principalmente no Atheneu Sergipense como uma história marcada por rupturas e permanências. Diante dessas preocupações, me questioneei: Que relações de poder envolviam as realizações de concursos para professores do ensino secundário do Atheneu Sergipense entre os anos de 1938 e 1947?

O termo “ensino secundário” merece algumas considerações sobre sua nomenclatura e significado quanto educação secundária, uma vez que no século XIX surgiu para qualificar, classificar e elitizar a clientela dele participante, funcionando como suporte para inserção nos cursos superiores. Sua institucionalização como “ramo de ensino” ocorreu com a implementação da Reforma Rocha Vaz por meio do Decreto 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925 e extinção dos exames parcelados.¹⁶ Esta lei não se restringia a preparação

-
15. Compreendo este termo por meio das concepções do sociólogo francês François Dubet, ao postular que as profissões vinculadas a educação remetem ao “trabalho sobre o outro”. Em outras palavras, trata-se de “atividades assalariadas, profissionais e reconhecidas que visam explicitamente a transformar o outro, ou, conjunto das atividades profissionais que participam da socialização dos indivíduos” (Dubet 2002, p. 17). Para saber mais, consultar (Soares 2014).
 16. “Cursava-se o ensino secundário ou realizando os exames parcelados (até 1925), ou concluindo o curso seriado secundário. Os exames parcelados foram extintos oficialmente no Decreto nº 16. 782-A, de 13 de junho de 1925, contudo por meio de outros decretos complementares a brecha da realização dos exames parcelados continuou aberta mesmo após o Decreto nº 19.890/1931” (Oliveira 2014, p. 20).

dos alunos nas disciplinas destinadas aos exames preparatórios de acesso ao ensino superior, mas para uma educação que assumisse princípios, organização e finalidades nos estabelecimentos abertos à formação dos jovens.

Autores como Nagle (2001), Silva (1969), Haidar (2008) e Nunes (1999) apontam que o ensino secundário “além de base indispensável para a matrícula nos cursos superiores” serviu de “preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que” fosse “a profissão a que se dedicar o indivíduo” (Nunes 1999, p. 93). Cabe dizer que, o ensino secundário se estabeleceu como um “nível de ensino” com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Para melhor esclarecer as discussões supracitadas tomo de empréstimo o quadro elaborado por (Oliveira 2014), que ilustra a nomenclatura do ensino secundário brasileiro no período republicano, a cada reforma educacional vigente, tendo por base os estudos de Nagle (2001), Oliveira (2009), Silva (1969), Souza (2008) e Zotti (2004).

QUADRO 1 – Reformas educacionais, nomenclaturas e duração do ensino secundário brasileiro (1890-1996)

| Reformas Educacionais | Nomenclatura | Duração |
|---|-------------------|---------|
| Reforma Benjamin Constant Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 | Curso Médio | 7 anos |
| Reforma Epitácio Pessoa Decreto nº. 3.890, de 1º de janeiro de 1901 | Ensino Secundário | 6 anos |
| Reforma Rivadávia Decreto nº. 8.659, de 5 de abril de 1911 | Curso Fundamental | 6 anos |
| Reforma Carlos Maximiliano Decreto nº. 11.530, de 18 de março de 1915 | Curso Gymnasial | 5 anos |
| Reforma João Luiz Alves (Rocha Vaz) Decreto nº. 16.782-A, de 13 de junho de 1925 | Ensino Secundário | 6 anos |

| | | |
|--|--|--------|
| Reforma Francisco Campos Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931 | Curso Secundário Fundamental | 5 anos |
| | Curso Secundário Complementar | 2 anos |
| Reforma Gustavo Capanema Lei nº. 4.244, de 9 de abril de 1942 | 1º Ciclo: Curso Ginásial | 4 anos |
| | 2º Ciclo: Curso Clássico Curso Científico | 3 anos |
| LDB de 1961 Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 | Ciclo Ginásial | 4 anos |
| | Ciclo Colegial | 3 anos |
| Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971 | 1º grau | 8 anos |
| | 2º grau | 3 anos |
| LDB de 1996 Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 | Ensino Fundamental | 8 anos |
| | Ensino Médio | 3 anos |

Fonte: Dados extraídos do quadro elaborado por (Oliveira 2014, p. 22).

Nota-se que o nome utilizado pela Reforma Benjamin Constant foi “curso médio”, pela Reforma Epitácio Pessoa, “ensino secundário”, pela Reforma Carlos Maximiliano “curso ginásial”, pela Reforma Rocha Vaz, “ensino secundário”, pela Francisco Campos, “curso secundário fundamental”, somente com a Reforma Gustavo Capanema, em 1942, é que o termo “curso ginásial” foi retomado. Diante suas diferentes variações de nomenclatura, esta pesquisa adotou o termo ensino secundário ao longo de suas análises.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as relações de poder no processo administrativo dos concursos para professores secundários do Atheneu Sergipense entre os anos de 1938 e 1947, relacionando as práticas de recrutamento e seleção desta instituição com as previsões legais em níveis nacional e estadual.

Este movimento apresentou as mudanças normativas dos concursos, especialmente às provenientes da Reforma Francisco Campos (1938), que exigiam dos candidatos formação acadêmica nas Faculdades de Educação, Filosofia, Ciências e Letras, e posteriormente a obtenção do Registro de Professores junto ao Departamento Nacional de Educação (1946) para ministrar aulas no ensino secundário. O ano de 1947 marca uma nova fase para seleção dos professores do Atheneu Sergipense, procedida pela institucionalização de Reformas Educacionais para o ensino secundário. Essas divisas temporais são recortes metodológicos que o historiador precisa recorrer para explicar às fronteiras existentes entre os sujeitos e a História. Em outras palavras, tal delimitação representa os limites e os alcances do que se quer enxergar numa estreita relação com as categorias de análises e os objetivos da pesquisa.

Como objetivos específicos, a pesquisa também almejou:

- Investigar a trajetória história dos concursos para professores no mundo e no Brasil até o ano de 1946, quando ocorreu a obrigatoriedade do registro docente.
- Averiguar as relações de poder presentes nos concursos para professor do Atheneu Sergipense no ano de 1938, destacando as determinações legais, os exames para ingresso e os saberes exigidos dos candidatos;
- Examinar os primeiros concursos para professores do Atheneu Sergipense, cujos candidatos possuíam Registro Provisório ou Definitivo no Departamento Nacional de Educação para ensinar.

Para orientar as análises dos objetivos específicos elenquei algumas questões:

- O ensino secundário de Sergipe atendia as finalidades das reformas educacionais dos anos de 1931 e 1942?

- Como eram denominados os professores do Atheneu Sergipense ao longo desse período?
- De que forma eram providas as cadeiras desta instituição?
- Na ausência de candidatos, quem ministrava as cadeiras vagas?
- Qual o perfil dos candidatos a cada recrutamento?
- Como as relações de poder se manifestavam nos concursos para professores secundários do Atheneu Sergipense durante o período investigado?
- Quais os saberes exigidos nas etapas de seleção dos professores?
- Os concursos do Atheneu Sergipense atendiam as determinações das reformas educacionais para o ensino secundário ao longo dos anos?
- Qual a formação escolar/superior dos candidatos?
- Quando foram realizados os primeiros concursos de professores do Atheneu Sergipense com registro para ensinar?

Dessa forma, a pesquisa dialogou com as contribuições do filósofo francês Michel Foucault por meio da categoria poder e seus dispositivos, a fim de entender a dinâmica dos concursos para ser professor do ensino secundário de Sergipe, especialmente do Atheneu Sergipense. Na concepção do autor, o poder não possui um núcleo central, mas se encontra disperso em muitas direções. Para ele, “[...] onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando o seu titular; e no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem o não possui” (Foucault 2015, p. 138). Para o caso em estudo trata-se de um poder disciplinar, cujo sucesso depende do uso de instrumentos simples, o olhar hierárquico e a sanção das normas, combinados num processo peculiar, o exame.

Nesse sentido, considero como hipótese a possibilidade desse poder não ter sido concentrado nas mãos do Governo, da

Congregação e dos candidatos durante o pleito dos concursos de professor secundário do Atheneu Sergipense, mas diluído entre eles e demais forças políticas que contribuíam no processo de ingresso desses profissionais na instituição. Desse modo, a ideia de um poder descentralizado disperso no complexo jogo de relações instituídas pelos diferentes agentes, nos ajuda a compreender as relações de poder na forma administrativa de ingresso para professor do Atheneu Sergipense entre os anos de 1938 e 1947 por meio do estudo dos exames.

Michel Foucault nos adverte que a prática dos exames está diretamente ligada às normas que sancionam, premiam ou a penalizam aqueles que os enfrentam. São regras determinadas a uma instituição para ritualizar e uniformizar todo processo conforme estratégias eficazes de recrutamento, classificação e qualificação de pessoas. Os estabelecimentos disciplinares produzem uma maquinaria de controle que funciona como um microscópio do comportamento, capaz de formar em torno dos homens um aparelho de observação, de registro e de treinamento. Assim, o espaço escolar representa “[...] uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensa” por meio da regulamentação imposta aos exames (Foucault 2014a, p. 143).

No entendimento de (Foucault 2014a), a regulamentação representa um dos grandes instrumentos de poder traduzido por “marcas que significavam status, privilégios, filiações”, mas com tendência “a ser substituídas ou pelo menos acrescidas de um conjunto de graus de normalidade”, filiados a um corpo social homogêneo, embora possua “um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares”. Ao mesmo tempo em que o poder de regulamentação obriga à homogeneidade, ele também “individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras” (Foucault 2014a, pp. 180-181).

Em suma, (Foucault 2014a) afirma que o exame é uma forma de controle normalizador, cuja vigilância permite

qualificar, classificar e punir. Ele também determina nos agentes uma visibilidade que os diferenciam e também os aprovam, uma vez que é utilizado em todos dispositivos de disciplina por ser altamente ritualizado. O autor nos alerta ainda que, a disciplina “fabrica indivíduos” e se constitui numa “técnica específica do poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio”, no entanto um “poder modesto, desconfiado, que funciona ao modo de uma economia calculada, mas permanente”. São “humildes modalidades ou procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado”, embora “vão, pouco a pouco, invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos”. Assim, o sucesso do poder disciplinar provém do uso de instrumentos simples como “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (Foucault 2014a, p. 167).

Nessa perspectiva, o exame atrela “uma cerimônia do poder e a forma da experiência”, além da “demonstração da força e o estabelecimento da verdade” por meio da visibilidade da “superposição das relações de poder e de saber”. Em outras palavras, no centro dos “processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (Foucault 2014a, p. 181). Portanto, o autor nos propõe a investigação dos exames nos seus diversos rituais, métodos, personagens e papéis, assim como nos seus jogos de perguntas e respostas, sistemas de notas e de classificação, afirmando que, nesta dinâmica, compromete-se todo um campo de saber, todo um tipo de poder.

Desse modo, o exame é a técnica pela qual o poder ao invés de emitir os sinais de seu poderio e de impor suas marcas aos seus súditos, “capta-os num mecanismo de objetivação”. Põe os indivíduos num campo de vigilância, situa-os “igualmente

numa rede de anotações escritas”, que os compromete “em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam” (Foucault 2014a, p. 185). Seus procedimentos “são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária”. O exame faz de cada indivíduo um caso, que não representa, “[...] como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra”, mas que “pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade”. Este sujeito também “tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído etc.” (Foucault 2014a, p. 187). Por fim, o exame está no centro dos processos que fabrica o “indivíduo como efeito e objeto do poder, como efeito e objeto de saber”, ou seja, “átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama ‘disciplina’” (Foucault 2014a, pp. 188-189).

Esse arcabouço teórico do poder por meio das análises dos exames de seleção para professores secundários do Atheneu Sergipense me fez refletir que, possivelmente, os concursos não são uma invenção da burocracia estatal republicana como defende os autores da historiografia brasileira,¹⁷ mas anterior a ela. No caso específico da instrução secundária de Sergipe, a sua organização provém desde os tempos do Império e este fato nos remete a uma tradição educacional sergipana, conforme os estudos de (Souza 2016a). Provavelmente, esses concursos eram estratégias cercadas de técnicas documentais, registros, arquivos e informações diversificadas que classificavam e hierarquizavam os indivíduos, a partir de poderes e saberes dentro de um campo de vigilância.

As percepções de Michel Foucault também me permitiram apreender os candidatos dos concursos do Atheneu Sergipense

17. Autores como Acanda (2006), Bomeny (1999, 2001), Diniz (1997), Mendonça (2006) e Prestes (1999).

entre os anos de 1938 e 1947 como objetos descritíveis, analisáveis, mantendo seus traços singulares, sua evolução particular, suas condições e capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente. Do mesmo modo, me consentiu confrontar os resultados de cada etapa da seleção para medir os fenômenos globais, descrever grupos, caracterizar fatos coletivos, a estimativa dos indivíduos entre si e os concorrentes. Para tanto, considere os exames de cada indivíduo um caso, descrevendo na sua íntegra, mensurando, medindo, além de confrontar notas, conceitos, coeficientes e outras técnicas comumente usadas. E por fim, averigüei os concursos docentes levando em conta a cultura escolar desenvolvida no interior do Atheneu Sergipense e a legislação vigente, travando uma oposição entre o singular e a cerimônia, estando atenta nas manifestações de *status* que promovem uma nova modalidade de poder estatutariamente ligada aos traços, às medidas, aos desvios, às notas que o caracterizam e fazem de cada um, um caso.

Para tanto, o diálogo com (Foucault 2008; 2014a; 2014b e 2015) oferece um rico instrumental teórico para as reflexões sobre os concursos docentes por meio da análise do poder sob a ótica dos exames, principalmente aos objetivos propostos neste trabalho. A temática também transcende os limites da pesquisa, sem dúvida, outros conceitos podem e devem ser incorporados no seu desenvolvimento. Não pretendo estudar todas as dimensões que discutem o processo dos exames dos candidatos a professores do Atheneu Sergipense, mas entender “[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (Le Goff 2003, p. 535).

Quando pesquisava na literatura de História da Educação trabalhos produzidos sobre concursos de professores em instituições específicas, observei que as investigações ainda eram

tímidas. Poucos acadêmicos tomavam essa temática como estudos centrais, principalmente quando se trata das análises dos exames para ingresso de professores no ensino secundário. Algumas produções que analisavam os concursos docentes por meio de outro objeto de pesquisa.

Ao levantar dados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram localizadas cinco teses de doutorado e quinze dissertações de mestrado sobre concurso para professores, mas nenhum abordou a temática em questão.¹⁸ Cabe ressaltar que, também não encontrei estudos que fizessem uma abordagem dos concursos de professores no Colégio Pedro II, principalmente durante o período considerado de consolidação da institucionalização do ensino secundário no Brasil (1931-1942),¹⁹ que adotasse referenciais da história da profissão docente. Pode-se concluir que os concursos para professores do ensino secundário não têm sido objetos centrais de pesquisas nem nos cursos de Pós-Graduação em Educação, tampouco nos cursos de História.

Quando realizei levantamento em Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações de instituições como Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Universidade Federal de Sergipe (UFS), localizei dezesseis trabalhos, sendo uma tese de doutorado na Unicamp, uma dissertação de mestrado na UERJ, duas teses de doutorado na PUC/RJ, uma dissertação na UFF, uma tese e uma dissertação na PUC/SP e duas teses de doutorado e sete dissertações de mestrado

18. Os trabalhos foram pesquisados no mês de setembro de 2014, mas os dados da Plataforma CAPES estavam atualizados até o ano de 2012.

19. Para (Silva 1969), este marco temporal determinou a definitiva implantação do ensino secundário como um curso regular durante as Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, além de preencher funções mais amplas do que a preparação fragmentária aos cursos superiores.

na UFS. Algumas delas tratavam dos concursos para professores do ensino secundário de maneira pontual, as demais contribuíram no entendimento da temática ao relatar aspectos dos concursos no Atheneu Sergipense e em outras instituições específicas.

O levantamento dessas produções anunciava que em Sergipe a temática dos concursos para professores do Atheneu Sergipense se fazia presente, mas não como objeto específico de pesquisa. Os autores abordavam o assunto em questão por meio da trajetória profissional dos docentes ou suas participações nas práticas de formação cultural, social e política. Mesmo alargando os horizontes nos trabalhos que tratavam do ingresso desses agentes na dimensão educacional do estado, as ausências eram mais evidentes.

Para entender a dinâmica dos concursos para professores do ensino secundário do Atheneu Sergipense entre os anos de 1938 e 1947 também pesquisei trabalhos nas seguintes temáticas: História da Educação, Instituições Escolares, História do Ensino Secundário, Reformas Educacionais, História da Profissão Docente e História das Disciplinas Escolares. O levantamento deste estado da arte apresentou alguns aspectos do objeto em questão, permitindo uma melhor compreensão das análises.

Autores que tratam da História da Educação e do Ensino Secundário no Brasil e em Sergipe: Lopes e Galvão (2001), Romanelli (2007), Hilsdorf (2003), (Gatti Júnior e Pintassilgo (2007), Haidar (2008), Nagle (2001), Nunes (2000), Silva (1969), Dantas (2004) e Nunes (1999); Nunes (1984[2008]), dentre outros referenciais que fundamentaram e auxiliaram os rumos deste estudo.

As temáticas que tratam das instituições escolares produzidas por historiadores da educação, permitem e ampliam oportunidades aos pesquisadores nos estudos dos concursos para professores secundários, como também identificam o tempo e o espaço das práticas escolares, de modo a compreender sua estrutura e organização. Na concepção de (Gatti Júnior 2002), o estudo desses estabelecimentos almeja dar conta dos diversos atores envolvidos no processo educativo, uma vez que investiga os acontecimentos decorridos o interior das escolas e promove um conhecimento mais

aprofundando desses espaços sociais destinados aos processos de ensino e aprendizagem para entender elementos que conferiam sua identidade. O que se observa, até o momento, é uma vasta produção que faz referência as práticas educacionais ocorridas no Colégio Pedro II, como uma cultura geral, sem levar em conta as especificidades locais de cada Estado.

A história de uma instituição não constitui uma abordagem descritiva ou justificativa da aplicação de uma determinada política educativa, como também se não confina à relação das instituições com o seu meio envolvente. Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa é integrá-la de forma interactiva no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. (Magalhães 2007, p. 70)

Desse modo, das pesquisas produzidas sobre o Colégio Pedro II e o Atheneu Sergipense destaco os estudos de: Andrade (1999), Azevedo (1996), Dória (1997), Massunaga (1989), Alves (2005a, 2005b, 2006, 2014, 2015), Gally (2004), Santos (2010), Vidal (2009) e Vieira (2003).

Tais reflexões me faz compreender (Alvarez 2004), quando estudou a importância de analisar uma reforma educacional por meio das análises de (Prost 1996). Para autora, “[...] o projeto de reforma deve, sobretudo, mostrar uma vontade explícita em provocar uma mudança, argumentada e assumida e deve conter uma certa amplitude para sua realização”, ou seja, será “[...] necessário compreender as razões e os objetivos dos projetos defendidos por esses agentes e que tais atores principais podem ser de origem científica ou política” (Alvarez 2004, p. 33). Assim, uma reforma de ensino representa um processo social complexo, onde os múltiplos agentes estão a serviço dos seus interesses e objetivos diversos.

Neste sentido, o estudo da implementação das reformas educacionais também possibilita uma melhor compreensão da organização dos concursos para professores do ensino secundário no Atheneu Sergipense entre os anos de 1938 e 1947, a saber: Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942). Este lapso de tempo é derivado do preparo da definitiva institucionalização do ensino secundário como um curso regular iniciado nos anos de 1925 durante a Reforma Rocha Vaz, pois a concepção anterior que se tinha era de preparação fragmentária aos cursos superiores. A proposta para o curso regular do ensino secundário se consolidou com as Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema. Desse modo, os referenciais de Souza (2008), Dallabrida (2009), Dallabrida e Souza (2014a), Souza (2011), Fávero (2005), Saviani *et al.* (2004), Schwaertzman *et al.* (2000) e Badaró (2000) delinearão as análises sobre as mudanças de finalidades dos concursos docentes a cada legislação vigente.

Concordo com Viñao (2008), quando afirma que “[...] a disciplina é o elemento chave da profissionalização do docente”, pois determina o conteúdo e o espaço para exercício do ofício de professor. Em outras palavras, a História das disciplinas escolares e o processo de institucionalização da profissão docente não podem ser estudados “separadamente, como se fossem dois campos sem relação alguma” (Viñao 2008, p. 205). Os autores Catani (2000), Nóvoa (1991, 1992, 1999), Villela (2000), Vasconcelos (2005), Santos (2013) e Souto (2005) também apresentaram nas suas produções as afinidades entre as temáticas.

Os trabalhos que estudam a história das disciplinas escolares que adotaram o mesmo recorte temporal, na mesma instituição específica e que vislumbraram os seus olhares para as singularidades, o cotidiano escolar e os sujeitos representados pelas análises dos currículos, disciplinas, professores, alunos, entre outros artefatos foram significativos. Nesse sentido, o livro organizado por Alves (2015) sobre as produções do arquivo escolar do Atheneu Sergipense, apresenta os resultados das investigações do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem

sobre as disciplinas escolares deste estabelecimento de ensino. As obras de Maia (2014), Rocha (2001), Dassie (2001), Tavares (2002), Almeida (2009) e Farias (2009) também discutem sobre diferentes disciplinas. O conjunto dos trabalhos foram de grande valia na construção da trajetória dos concursos para professores do ensino secundário do Atheneu Sergipense “[...] com tudo o que a engenhosidade do historiador permitir utilizar para fabricar o seu mel” (Le Goff 2003, p. 107).

Para tanto, pontuo que o empenho deste livro é defender que durante as práticas de recrutamento e seleção de professores para o ensino secundário do Atheneu Sergipense haviam relações de poder mediadas pelos saberes dos concorrentes, pelo olhar hierárquico vigilante da Congregação e pelas determinações da sanção normatizadora do governo, cujos interesses também eram coletivos em prol da organização escolar, via concursos e/ou nomeações docentes. Desde a criação do Atheneu Sergipense que a forma administrativa de ingresso para professores do ensino secundário em Sergipe se deu, predominantemente, por concursos providos pela Congregação da instituição e posterior aprovação dos responsáveis governamentais, conforme as mudanças normativas dos exames, mesmo com o advento do Estado Novo. Além disso, afirmo que ao longo do período estudado, ainda, ocorriam algumas nomeações por parte do governo, sejam elas por ausência de candidatos inscritos nos concursos ou por estratégias políticas e sociais também caracterizadas com uma relação de poder. Sendo assim, a dinâmica dos concursos docentes legitimou a profissionalização e modelou o tipo de professor capacitado para o ensino secundário de Sergipe.

Nessa perspectiva, o livro constitui uma pesquisa histórica, pautada nos pressupostos teóricos da História da Educação, sobretudo no arcabouço metodológico da História Cultural para “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (Chartier 1990, pp. 16-17). Desse modo, para investigar os concursos do ensino secundário do Atheneu Sergipense não

me limitei a consultas de fontes salvaguardadas em seu arquivo histórico, mas busquei localizar qualquer vestígio deixado pelos candidatos às cadeiras vagas na instituição entre os anos de 1938 e 1947.

Ao se trabalhar com a História da Educação é preciso estar atento as práticas que a escola se apropriou, as fontes selecionadas para analisar suas vivências e as ferramentas utilizadas nas diferentes representações. Com esse entendimento os concursos docentes do Atheneu Sergipense foram investigados por meio de fontes capazes de apreender o processo de recrutamento e seleção dos seus professores como táticas e estratégias dos saberes necessários de uma transmissão de cultura, onde a “relação do historiador com um vivido; quer dizer, a possibilidade de fazer reviver ou de ‘ressuscitar’ um passado. Ela quer restaurar um esquecimento e encontrar os homens através dos traços que eles deixaram” (Certeau 2008, p. 46).

O cotidiano escolar não era o único responsável pelos concursos, mas as leis, as reformas de ensino, as macros e micro relações presentes em todas as ações humanas e entre o contexto sócio, econômico e político de uma determinada época para construção dos fatos. Desse modo, a nova forma de escrever História da Educação pautada nos preceitos da Escola dos Annales e posteriormente na História Cultural, se interessa pelos aspectos econômicos, sociais e culturais da sociedade por meio da valorização dos sujeitos esquecidos da história e das mentalidades (Lopes e Galvão 2001).

Nesta mesma concepção Le Goff (2003), afirma que quase todo documento é um monumento, pois são resultantes das ações de uma sociedade que resguardou para o futuro determinadas imagens de si. O autor aconselha que se trabalhe a pesquisa histórica para desconstruir esses monumentos por meio da análise crítica do contexto histórico em que foram produzidos, além de criar condições de estudos em documentações antes não valorizadas como atas, provas, programas, diários de classe, livros didáticos, entre outros. Trata-se de um crescente valor às práticas,

às representações e apropriações culturais, um caminho teórico-metodológico defendido pela História Cultural, que lançou um novo olhar sobre os objetos e as fontes de pesquisa, ampliou o conceito de cultura em temas antes considerados impossíveis aos estudos da História da Educação, como: a cultura e o cotidiano escolar; a organização e o funcionamento interno da escola; a construção do conhecimento escolar e os agentes educacionais.

Diante dessas percepções, esquadrinhei os caminhos da pesquisa de modo a confrontar constantemente documentos, categoria de análise e hipóteses elencadas para interpretar e compreender as particularidades surgidas a cada encontro. Essa trajetória me direcionou diversas vezes aos arquivos públicos, na busca de dados que retratasse a cultura escolar do objeto em questão. Assim, concordo com Julia ao dizer que na investigação “[...] histórica da cultura escolar, parece-me de fato fundamental estudar como e sobre quais critérios precisos foram recrutados os professores de cada nível escolar: quais são os saberes e o *habitus* requeridos de um futuro professor?” (Julia 2001, p. 24).

Desse modo, este livro possui os seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento e leitura da bibliografia sobre concursos para professores do ensino secundário;
- Levantamento e análise dos “Diários Oficiais do Estado de Sergipe” durante o período em estudo;
- Análises de fontes como atas, correspondências, decretos, discursos, leis, livro de inscrições para concursos, petição e termo de audiências, regimentos escolares, registro de títulos, relatórios do diretor e teses de concursos.

O produto destes procedimentos possibilitou averiguar as finalidades e os saberes necessários para ser professor secundário do Atheneu Sergipense no período investigado, mesmo quando as práticas não deixaram traços. Para (Julia 2001), o silêncio da

documentação permite ao pesquisador desenvolver suas habilidades e quaisquer vestígios localizados devem ser analisados juntamente com os documentos oficiais e nenhuma fonte pode ser desprezada na escrita de uma história.

Os concursos docentes possuíam características próprias e faziam parte do conjunto da cultura escolar, uma vez que os saberes inerentes a disciplina que se encontrava vaga podia ser considerados um produto e produtor desse tipo de cultura. Neste sentido, a cultura escolar pode ser entendida como um objeto histórico devido às normas e as finalidades que regiam a escola, desde que fossem estudadas de forma articulada com outras culturas produzidas em diferentes épocas. Corroboro com Felgueiras quando diz que, “[...] cultura escolar é a cultura de um determinado meio” (Felgueiras 2010, p. 21), ou seja, pertencente ao local em que são realizadas. Dessa maneira, além da documentação oficial a pesquisa estuda as práticas dos concursos para o ensino secundário do Atheneu Sergipense por meio de vestígios deixados nos registros escolares, legislação, jornais, entre outras fontes.

Também conhecida como a “caixa preta”, a cultura escolar expressa “a opacidade mantida sobre a realidade da escola e o desconhecimento das práticas escolares nela desenvolvida” (Felgueiras 2010, p. 25), sendo indispensáveis três elementos: “espaço próprio, currículo estruturado por níveis de ensino e corpo profissional especializado” (Felgueiras 2010, p. 25). Assim, busco compreender como o espaço escolar atendeu o cumprimento ou descumprimento das previsões legais para os concursos docentes do ensino secundário do Atheneu Sergipense, embora saiba que os textos normativos nem sempre remetem ao vivido.

Foram consultados os acervos de três arquivos públicos: Biblioteca Epifânio Dória (BPED), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e o Centro de Educação e

Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS).²⁰ Na Biblioteca Epifânio Dória foram localizadas peças legislativas e regimentos internos do Atheneu Sergipense, que abordavam o objeto em questão entre os anos de 1938 e 1947. Para Faria Filho (1998), a legislação escolar como fonte para estudos de História da Educação possui duas dimensões importantes: A primeira diz respeito ao seu caráter histórico e político, enquanto a segunda se relaciona com os sujeitos responsáveis pela intervenção social. Também investiguei as teses de concursos de professores secundários da instituição.

No Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe localizei os Diários Oficiais do Estado de Sergipe sobre o período em estudo. Também investiguei algumas teses de concursos produzidas pelos candidatos a professores secundários do Atheneu Sergipense. No Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, arquivo escolar que se encontram as principais fontes desta pesquisa como atas, correspondências, livro de registros de títulos, livro de inscrições para concursos e relatórios do diretor. Tais elementos possibilitaram compreender a história dos concursos docentes da referida instituição. Destaco entre os documentos escolares o manuseio das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, que revelaram dados sobre os docentes, disputas internas e decisões que norteavam a prática escolar e o cotidiano da instituição.

Tratar das atas como uma fonte viável para o pesquisador histórico nos leva a pensar sobre os percalços desse minucioso e delicado trabalho, que exige do historiador atenção e dedicação tanto no tratamento das informações contidas nesses documentos, quanto no cuidado especial que deve ter no material que está usando, por se tratar de algo antigo e insubstituível. A pesquisa histórica que faz uso de atas exige

20. O CEMAS é um arquivo escolar do Atheneu Sergipense fundado no ano de 2005, que até a presente data, salvaguarda no interior da instituição, fontes localizadas entre os anos de 1848 e 1970, descritas em guias e acondicionadas em caixas depois de um processo de limpeza, catalogação e organização documental.

do investigador um nítido foco nos seus objetivos, para que haja um correto entrelaçamento do que ele descobriu através da leitura desse documento e a realidade da época, a fim de que se possa, de fato, compreender e analisar a educação. (Santos *et al.* 2012, p. 139)

Ao optar pelas atas como fontes, o pesquisador tem “[...] a oportunidade de averiguar quais as prioridades da instituição e a sua cultura por meio dos assuntos em pauta registrados, bem como, verificar as intenções e posições dos membros comprometidos com a ação educativa” (Santos 2016, p. 30). Tal documentação também apresenta diversos dados e objetos de pesquisa, onde cada análise dos fragmentos grifados permitem ao pesquisador identificá-los e classificá-los para almejar os resultados esperados nas investigações.

Também acessei o site do arquivo digital da Câmara dos Deputados, onde localizei a legislação educacional nacional dos anos de 1931 e 1942 para confrontá-las com as leis estaduais e regimentos internos instituídos no interior do Atheneu Sergipense. Os documentos consultados ofereciam subsídios para compreender como a legislação estabeleceu os concursos para professores do ensino secundário na instituição. Desse modo, a legislação deve ser entendida como fonte e até mesmo objeto de investigação, valorizando a importância da lei como “[...] prática ordenadora e instituidora, voltada para as relações sociais” (Faria Filho 1998, p. 106), considerando também o momento da sua produção e configuração. A contribuição do autor é importante, pois problematiza a forma que a legislação escolar auxilia a observação tanto do prescrito, quanto das resistências. Assim, a lei estadual provavelmente atendia algumas orientações das previsões nacionais, uma vez que a lei precisava “ser legítima e legitimada” (Faria Filho 1998, p. 101).

Nessa perspectiva, a documentação localizada nos diferentes arquivos revelou os saberes exigidos e as disputas travadas pelos candidatos durante os exames das provas escritas, práticas e apresentações de teses na ocasião dos concursos. Assim,

o levantamento de dados e indícios me permitiram desenvolver, escrever e apresentar a história dos concursos de professores secundários de Sergipe.

O presente livro está dividido em quatro seções, seguidas das conclusões, bibliografia e fontes consultadas. A primeira trata-se do texto introdutório, onde apresento o objeto de estudo, os objetivos, hipóteses, categoria de análise, conceitos, metodologia, fontes, locais de pesquisas e estrutura do texto. A segunda seção aborda a trajetória histórica dos concursos docentes no mundo e no Brasil até o ano de 1946, quando ocorreu a obrigatoriedade do registro docente.

A terceira seção analisa as diferentes categorias de professores, as exigências do recrutamento, as disciplinas criadas e vagas, os exames, os saberes exigidos, as teses produzidas e os candidatos habilitados nos concursos para professor do Atheneu Sergipense, verificando se tais elementos atendiam as determinações legais das reformas educacionais implementadas nos anos de 1931 e 1942, investigando de que forma o poder e suas relações foram estabelecidas no interior da instituição. A quarta seção identifica e os primeiros concursos para professores do Atheneu Sergipense, cujos candidatos possuíam Registro Provisório ou Definitivo junto ao Departamento Nacional de Educação para ensinar.

Por fim, na conclusão apresento os resultados que confirmam e norteiam o trabalho, estabelecendo conexões entre a prática dos concursos docentes do Atheneu Sergipense e a relação de poder existentes entre seus partícipes. Esta análise destaca os processos de recrutamento e suas seleções como elementos da cultura escolar pertencentes a instituição. Dessa maneira, a estrutura escolhida dar visibilidade a uma história dos concursos para professores do ensino secundário de Sergipe por meio das mudanças educacionais propostas a cada legislação vigente, nos períodos importantes para História da Educação brasileira. Também pretendeu instigar pesquisas que pautem suas análises na História das Disciplinas Escolares e na História da Profissionalização Docente em instituições escolares específicas.